



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

ATA DE REUNIÃO

63.01.01.01

ATA da 710ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 04/12/2024

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às onze horas, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a septingentésima décima Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do Inea (Condir), na forma instituída pelo Decreto Estadual nº 48.690 de quatorze de setembro de dois mil e vinte e três, republicado no Diário oficial de vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três por incorreções. Estavam presentes os Senhores Conselheiros: Renato Jordão Bussiere, Presidente; José Dias da Silva, Diretor da Vice-Presidência (VICEPRES); Ronaldo Carlos de Medeiros Junior, Diretor das Superintendências Regionais (DIRSUP); Cleber Ferreira Graça Filho, Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIRBAPE); Juliana Lucia Ávila, Diretora de Licenciamento Ambiental (DIRLAM); Rodrigo Regis Lopes de Souza, Diretor de Pós-Licença e Fiscalização Ambiental (DIRPOS); Raul Marques Fanzeres, Diretor de Recuperação Ambiental (DIRRAM); Márcio Franco da Costa, Assessor Técnico, representante da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DIRSEQ); e José Antônio Paulo Fonseca, Diretor Executivo e de Planejamento (DIREX). **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião.

II. SEI-070002/009641/2024 – Sotille Comércio de Alimentos Saudáveis Ltda.. Requerimento: Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração GEFISEAI/00161213 (penalidade: Suspensão parcial ou total das atividades). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional Baía Guanabara (SUPBG), Manifestação Técnica da SUPBG de 21/10/2024 e Manifestação da Procuradoria do Inea Gerdam SEI nº 1.673 (Manifestação nº 34/2024 – LDQO – Gerdam/Proc/Inea), que esclareceram que: (i) em 08/10/2024, foi lavrado o Auto de Infração GEFISEAI/00161213, de suspensão parcial ou total das atividades, pelo uso de fonte alternativa de água (poço) sem regularização junto ao Inea, transgredindo o Artigo 29, da Lei Estadual 3.467/2000; (ii) a empresa deu entrada no pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, nos autos do processo SEI-070002/019526/2024, e a equipe técnica da SUPBG sugeriu o deferimento da impugnação para a empresa dar continuidade ao processo de obtenção da referida certidão; e (iii) a Procuradoria do Inea opinou: (a) pelo indeferimento da impugnação no que tange ao pedido de arquivamento do auto, uma vez que apenas com a efetiva emissão do instrumento de controle, poderá o auto de infração ser cancelado, o que não se verificou no caso concreto; e (b) pela possibilidade de suspensão temporária da medida cautelar para que se efetivem as medidas necessárias à regularização do poço, desde que a área técnica ateste sua imprescindibilidade, e faça pessoalmente a retirada do lacre e a sua recolocação, a fim de ser restabelecido de imediato os efeitos da suspensão após conclusão; o Conselho Diretor: (A) indeferiu a impugnação apresentada no que tange ao pedido de arquivamento do auto; e (B) determinou a suspensão temporária do Auto de Infração GEFISEAI/00161213, pelo prazo de 6 (seis) meses. **III. SEI-070002/023677/2024 – Sebastião Cipriano Pinto. Requerimento:** Deliberar quanto à ratificação ou à suspensão da medida cautelar de suspensão parcial ou total da atividade de extração mineral (areia lavada) sem a devida licença ambiental na coordenada supramencionada com fulco na Lei Estadual 3.467/2000, art. 29. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da SUPBG, o Conselho Diretor ratificou a suspensão total cautelar da atividade de extração mineral (areia lavada). **IV. SEI-070002/022845/2024 – Rilma das Graças Pinto 998865887-72. Requerimento:** Deliberar quanto à ratificação ou à suspensão da medida cautelar de suspensão parcial ou total das atividades de instalação de loteamento, assim como obras,

construções e supressão de vegetação para que não ocorra degradação ambiental de difícil reparação tendo em vista o cancelamento da CA IN002369 de demarcação de Faixa Marginal de Proteção (FMP). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional de Dois Rios (SUPRID), o Conselho Diretor ratificou a suspensão total cautelar da atividade de instalação de loteamento, assim como obras, construções e supressão de vegetação. **V. SEI-070002/020213/2024 – Liej Guaratiba Material de Construção Ltda. Requerimento:** Deliberar quanto à ratificação ou à suspensão da medida cautelar de suspensão parcial ou total das atividades de abastecimento de veículos e manutenção da frota sem licença - bomba de abastecimento com vazamento. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da DIRPOS, o Conselho Diretor ratificou a suspensão parcial cautelar das atividades de abastecimento de veículos e manutenção da frota. **VI. SEI-070002/004715/2021 – JR Celta Construtora. Requerimento:** Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração GEFISEAI/00156473 (penalidade: embargo de obra ou atividade). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da DIRPOS e Parecer da Procuradoria do Inea nº 206/2021/INEA/GERDAM, o Conselho Diretor indeferiu a impugnação apresentada, mantendo o embargo e determinou que seja apurada e verificada a natureza das lagoas aterradas. No caso de as lagoas serem naturais, além de o autuado ser penalizado, este deve ser compelido a restaurar o dano causado com a recomposição das lagoas. **VII. SEI E-07/002.000379/2020 – Nova Siciliano Indústria e Comércio de Placas Metálicas Eireli. Requerimento:** Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração COGEFISEAI/00155599 (penalidade: interdição de estabelecimento). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da DIRPOS e Parecer da Procuradoria do Inea nº 210/2021/INEA/GERDAM (Parecer nº 17/2021 – AMP), o Conselho Diretor indeferiu a impugnação apresentada, mantendo a interdição do estabelecimento. **VIII. SEI-070002/001430/2024. Requerimento:** Proposta de Resolução Inea que institua o Cadastro Estadual de Áreas Contaminadas e Reabilitadas do Estado do Rio de Janeiro. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da DIRPOS, que esclareceu no momento da reunião que corrigiu a sigla referente à “área contaminada” no inciso I, do Art. 1º, da minuta, passando de (AR) para (AC), o Conselho Diretor aprovou a resolução, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado. **IX. SEI E-07/002.262/2020 – Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à manutenção ou convalidação do Auto de Infração COGEFISEAI/00154911 (penalidade: multa simples no valor de R\$407.081,29), considerando o Parecer da Procuradoria do Inea nº 30/2024/INEA/GERDAM (Parecer n. 11/2024 – VMMS – Gerdam/Proc/Inea). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da DIRPOS, Manifestação da DIRPOS INEA/GERFIS SEI nº 1.152, do dia 21/12/2023, despacho do Procurador-Chefe do Inea de 22/01/2024, Manifestação INEA/SUPBG SEI nº 96, de 23/01/2024, e Parecer da Procuradoria do Inea nº 30/2024/INEA/GERDAM (Parecer nº 11/2024 – VMMS – Gerdam/Proc/Inea), que esclareceram que: (i) em 28/02/2020, foi lavrado o Auto de Infração COGEFISEAI/00154911, com penalidade de multa simples no valor de R\$ 407.081,29, pelo lançamento de efluentes líquidos (tinta) na Baía de Guanabara; (ii) a equipe técnica da DIRPOS identificou a ausência de fato, de laudo ou análise para a devida caracterização do material para aplicação do artigo 96, da Lei Estadual 3.467/2000 e observou a desproporcionalidade no valor aplicado; (iii) o Procurador-Chefe do Inea recomendou a elaboração de manifestação técnica pela SUPBG, tendo em vista que o presente processo de apuração da infração administrativa foi inaugurado mediante a lavratura do Auto de Constatação (SUPBGCON/01020568) na SUPBG; (iv) a equipe técnica da SUPBG (a) esclareceu que não houve de fato a comprovação da tipologia da tinta descartada e sugeriu a convalidação do ato administrativo, conforme art. 52, da Lei Estadual nº 5.427/2009, com vistas ao reenquadramento da infração administrativa ambiental pelo Art. 87, da Lei Estadual 3.467/2000 “Operar atividade licenciada em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença de operação: condicionantes 10,16,18.”; (b) informou que a infração (Art. 87) pode ser agravada ainda pelo “perigo à saúde pública ou o meio ambiente”, podendo ser desconsideradas as agravantes de “desrespeito à licença ambiental”, por “*bis in idem*”, e de “ausência de comunicação prévia” por ser uma infração constatada em flagrante; e (c) opinou pelo deferimento parcial do recurso apresentado, levando em consideração a convalidação do ato administrativo, a constatação do descumprimento de condicionantes da Licença de Operação e a consequentemente redução do valor da multa; (v) a Procuradoria do Inea entendeu pelo não conhecimento do recurso, dada a sua manifesta intempestividade, mas, considerando que no âmbito do controle de legalidade foram apresentados encaminhamentos distintos para o presente procedimento, fez os seguintes apontamentos, caso o Condир delibere pela convalidação do AI, com base no art. 52, da Lei Estadual nº 5.427/2009, para reenquadramento da infração administrativa ambiental no art. 87, da Lei Estadual nº 3.467/2000: (a) sugere-se observar a manifestação da SUPBG, no que tange à inclusão e supressão de agravantes; e (b)

verificado que o presente processo se encontra em fase de apuração da infração administrativa ambiental e nova valoração da multa resultará em valor distinto ao imposto pelo presente Auto de Infração, recomenda-se oportunizar novo contraditório e ampla defesa à autuada, especialmente no que concerne à valoração da multa; e (vi) no dia 27/11/2024, foi elaborada nova planilha de valoração, chegando-se ao valor de R\$ 59.288,49; o Conselho Diretor decidiu convalidar o Auto de Infração COGEFISEAI/00154911, para reenquadramento da infração administrativa ambiental no art. 87, da Lei Estadual nº 3.467/2000, inclusão e supressão de agravantes, reduzindo a multa aplicada para o valor de R\$ 59.288,49. O Condir determinou, ainda, que seja oportunizado novo contraditório e ampla defesa à autuada. **X. SEI-070029/000067/2023 – Claudir Pereira Klein. Requerimento:** Deliberar quanto à manutenção do Auto de Infração GEFISEAI/00158462 (penalidade: suspensão parcial ou total das atividades), tendo em vista que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, por meio do Ofício 43/SEMMADUS/2024, deu ciência da emissão da Certidão Ambiental de Inexigibilidade de Licenciamento (CA NF0081/2024) exclusivamente para a atividade de “criação de gado bovino”, emitida em nome do Sr. Claudir Pereira Klein, autorizando a criação de gado bovino na proporção de 02 (dois) animais por hectare. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da DIRBAPE, Ofício 43/SEMMADUS/2024 acima descrito, despacho do Diretor da DIRBAPE de 18/10/2024, Parecer da Procuradoria do Inea nº 276/2024/INEA/GERDAM (Parecer nº 32/2024 – ACC), despacho da Chefe da Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (APAMC) de 12/11/2024, e as providências adotadas pelo ente originalmente competente, o Conselho Diretor decidiu cancelar o Auto de Infração GEFISEAI/00158462 e determinou que a (i) Ouvidoria do Inea oficie o Ministério Público Estadual – MPE (2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Friburgo) solicitando a localização específica (coordenadas geográficas) das áreas degradadas, informações e relatórios sobre o cumprimento das obrigações contidas nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre o Sr. Claudir e o MPE nos anos de 2006 e 2007, com obrigação de recuperação florestal de áreas degradadas na propriedade, sendo o segundo Termo celebrado em razão do não cumprimento do primeiro. Essa solicitação tem a finalidade de assegurar que a área designada para a restauração, em cumprimento à condição de validade específica nº 01 da CA NF0081/2024, não tenha sido objeto de esforços pretéritos e malsucedidos de restauração em cumprimento de outras obrigações; e (ii) APAMC notifique o interessado a requerer a análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto ao Inea. **XI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Lucia Avila, Diretora de Licenciamento Ambiental**, em 06/12/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Regis Lopes de Souza, Diretor**, em 06/12/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carlos de Medeiros Junior, Diretor**, em 06/12/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Ferreira Graça Filho, Diretor**, em 06/12/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Dias da Silva, Vice-Presidente**, em 06/12/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antônio Paulo Fonseca, Diretor**, em 06/12/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Marques Fanzeres, Diretor**, em 06/12/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Franco da Costa, Assessor Técnico**, em 06/12/2024, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Jordão Bussiere, Presidente**, em 06/12/2024, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **88919835** e o código CRC **0604B23A**.